

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O PAPEL DA PÓS-GRADUAÇÃO NO APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS NA ESCOLA DE GOVERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (ALESC)

Carlos Alberto Kalinovski Hoffmann, Tatiane Peixoto Isaia, Rogério da Silva Nunes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14761>

Submetido em: 2026-01-05

Postado em: 2026-01-07 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

O PAPEL DA PÓS-GRADUAÇÃO NO APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS NA ESCOLA DE GOVERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (ALESC)

CARLOS ALBERTO KALINOVSKI HOFFMANN¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2217-4242>

<professor@carloshoffmann.com.br>

TATIANE PEIXOTO ISAIA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7768-0380>

<tatiane.isaia@ufsm.br>

ROGÉRIO DA SILVA NUNES³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6623-2088>

<rognunes@msn.com>

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

² Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

³ Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

RESUMO: Este artigo investiga as concepções da gestão da Escola de Governo (EGov) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) sobre o papel da pós-graduação no aperfeiçoamento, capacitação e formação de servidores públicos. Através de um estudo de caso com revisão bibliográfica, o artigo analisa os aspectos conceituais da gestão, a percepção da gestão sobre o papel da pós-graduação, as estratégias adotadas pelas EGovs e a relação entre teoria e prática organizacional. A metodologia utilizada envolve constructos ligados à gestão acadêmica, escolas de governo, aperfeiçoamento, capacitação e formação de servidores e pós-graduação. Os resultados da pesquisa revelam que a gestão da EGov percebe a pós-graduação como um instrumento relevante para o desenvolvimento dos servidores, e propõe medidas para a qualificação das EGovs no cenário público. O estudo evidencia que, embora a gestão educacional em Escolas de Governo apresente um sólido domínio das competências práticas e elevado potencial transformador, há uma lacuna significativa de densidade teórico-científica e de pesquisas acadêmicas sistematizadas sobre o tema, especialmente no contexto da pós-graduação da ALESC. As limitações desta pesquisa residem em seu caráter casuístico e exploratório, centrado em um único estudo de caso e condicionado pela inserção direta do pesquisador no *locus* de observação, o que restringe a generalização dos resultados e aponta para a necessidade de futuras investigações longitudinais e comparativas.

Palavras-chave: Escolas de Governo. Pós-graduação. Educação. Servidores Públicos.

THE ROLE OF POSTGRADUATE STUDIES IN THE IMPROVEMENT, QUALIFICATION AND TRAINING OF PUBLIC SERVANTS AT THE SCHOOL OF GOVERNMENT OF THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF SANTA CATARINA (ALESC)

ABSTRACT: This article investigates the management conceptions of the School of Government (EGov) of the Legislative Assembly of Santa Catarina (ALESC) regarding the role of graduate programs in the improvement, training, and professional development of public servants. Through a case study and a literature review, the paper analyzes the conceptual aspects of management, the administration's perception of the role of graduate education, the strategies adopted by EGovs, and the relationship

between theory and organizational practice. The methodology employs constructs related to academic management, schools of government, public servant professional development and training, and graduate studies. The research results reveal that the EGov management perceives graduate education as a relevant instrument for servant development and proposes measures for the qualification of EGovs within the public sector. The study highlights that, although educational management in Schools of Government exhibits a solid mastery of practical competencies and significant transformative potential, there is a notable gap in theoretical-scientific density and systematic academic research on the subject, particularly within the context of graduate studies at ALESC. The limitations of this research lie in its case-specific and exploratory nature, centered on a single case study and conditioned by the researcher's direct immersion in the *locus* of observation, which restricts the generalization of the findings and points to the necessity of future longitudinal and comparative investigations.

Keywords: Government Schools. Postgraduate studies. Education. Public Servants.

EL PAPEL DE LOS ESTUDIOS DE POSGRADO EN LA MEJORA, CALIFICACIÓN Y CAPACITACIÓN DE LOS SERVIDORES PÚBLICOS DE LA ESCUELA DE GOBIERNO DE LA ASAMBLEA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (ALESC)

RESUMEN: Este artículo investiga las concepciones de la gestión de la Escuela de Gobierno (EGov) de la Asamblea Legislativa de Santa Catarina (ALESC) sobre el papel del posgrado en el perfeccionamiento, capacitación y formación de servidores públicos. A través de un estudio de caso con revisión bibliográfica, el artículo analiza los aspectos conceptuales de la gestión, la percepción de la gestión sobre el papel del posgrado, las estrategias adoptadas por las EGovs y la relación entre teoría y práctica organizacional. La metodología utilizada involucra constructos vinculados a la gestión académica, escuelas de gobierno, perfeccionamiento, capacitación y formación de servidores y posgrado. Los resultados de la investigación revelan que la gestión de la EGov percibe el posgrado como un instrumento relevante para el desarrollo de los servidores, y propone medidas para la cualificación de las EGovs en el escenario público. El estudio evidencia que, aunque la gestión educativa en Escuelas de Gobierno presente un sólido dominio de las competencias prácticas y un elevado potencial transformador, existe una laguna significativa de densidad teórico-científica y de investigaciones académicas sistematizadas sobre el tema, especialmente en el contexto del posgrado de la ALESC. Las limitaciones de esta investigación residen en su carácter casuístico y exploratorio, centrado en un único estudio de caso y condicionado por la inserción directa del investigador en el locus de observación, lo que restringe la generalización de los resultados y señala la necesidad de futuras investigaciones longitudinales y comparativas.

Palabras clave: Escuela de Gobierno. Posgrado. Educación. Servidores Públicos.

INTRODUÇÃO

Há alguns estudos no âmbito da Educação sobre a oferta e criação de cursos e de programas de pós-graduação (PPGs) lato e stricto sensu com foco em diversos aspectos, passando pelas questões legais, pedagógicas e organizacionais (Brasil, 2007; Fonseca; Fonseca, 2016; Neto et al., 2023; Soares, 2019). Entretanto, pouco se traz acerca de programas de pós-graduação em escolas de governo, especialmente contemplando as reflexões sobre os seus aspectos gerais de forma comparada. Ainda, conforme busca em bases de periódicos científicos, inexistem estudos acerca da pós-graduação em universidades corporativas no âmbito do Estado de Santa Catarina (SC), bem como sobre a escola de

governo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Desta forma, mais do que responder as questões postas, serão alicerçados pontos para debate a partir da teoria acadêmica e da aplicação prática do objeto deste trabalho.

O tema aqui colocado se propõe em compreender de forma qualitativa, documental e teórico-bibliográfica as concepções da gestão que atua na pós-graduação da escola de governo Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), credenciadas no Conselho Estadual de Educação em Santa Catarina (CEE-SC), acerca do papel dessas escolas no aperfeiçoamento, capacitação e formação de servidores públicos. Em nível secundário, há o interesse em identificar as percepções dos gestores sobre a relevância da formação em nível de pós-graduação da escola de governo da ALESC na formação de servidores públicos e as concepções sobre escola de governo e programa de pós-graduação, bem como mapear as estratégias adotadas pela escola de governo para o aperfeiçoamento, capacitação e formação de servidores públicos através da formação em nível de pós-graduação. Por fim, a pesquisa se propõe a problematizar as questões teóricas de gestão acadêmica e de organização da Escola de Governo da ALESC relacionadas à pós-graduação.

Destarte, para que o presente artigo possa produzir sentido e gerar significado real aplicável, é necessário definir de forma adequada o objetivo geral e específicos a serem trabalhados cientificamente.

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa está definido como:

- Reconhecer quais são as concepções da gestão que atua na pós-graduação da Escola de Governo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) acerca do papel dessa escola no aperfeiçoamento, capacitação e formação de servidores públicos através da pós-graduação.

Complementarmente, os objetivos específicos deste trabalho estão definidos como:

- Identificar as percepções da gestão sobre a relevância da formação em nível de pós-graduação na formação de servidores públicos;
- Identificar as concepções sobre escola de governo e sobre programa de pós-graduação da gestão que atua na pós-graduação;
- Problematizar as questões teóricas de gestão acadêmica e de Administração relacionadas à pós-graduação em Escolas de Governo.

De modo geral, esse tema se justifica pela aplicabilidade prática no âmbito das Escolas de Governo em geral que tem interesse em criar, ampliar, qualificar ou tornar mais efetivas e resolutivas a formação de servidores através da oferta de cursos de pós-graduação. Ainda, este tema é aderente à necessidade premente de qualificação de pessoal e inovação na prática profissional, auxiliando a assegurar o direito ao serviço público de qualidade especialmente no estado de Santa Catarina.

De forma específica, o tema tem especial justificativa para o pesquisador, dado que permite a compreensão da realidade da Escola de Governo Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) em relação ao objeto pesquisado, permitindo, mesmo que de forma íntima, a reflexão frente a sua própria realidade no Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), seus desafios e perspectivas, bem como permite a visualização de novas dimensões analíticas pertinentes a realidade prática sob as perspectivas teóricas desejadas, o que pode trazer ganhos acadêmicos e profissionais de grande valor.

Esta especificidade de trajetória permite um olhar interno ou “desde dentro”, conforme Alves (2012), de todo o contexto prático da pesquisa em uma das instituições. Assim, mesmo que essa pesquisa seja qualitativa e bibliográfica, é proveitoso haver o olhar da prática cotidiana neste tema aqui tratado, permitindo um olhar apurado e técnico por parte deste pesquisador, inclusive fazendo o exercício

(complexo) de criar o devido distanciamento para o seu próprio olhar ao analisar outras Escolas de Governo.

Assim, é importante destacar que o lugar do “sujeito-pesquisador” aqui é o balizador da posição de pesquisador enquanto vivenciador da realidade, bem como interessado em intervir para a sua mudança e melhoria no que for pertinente. Nessa ideia, conforme trazido por Fontana (2017) em sua pesquisa, o “lugar de fala”, a partir de uma perspectiva discursiva, aqui está transposto e redefinido como o “lugar de enunciação” que está sobredeterminado pela ideologia constitutiva do sujeito do discurso. Em linha, Trebissace (2016, p. 290-291) fala que “o relato experiencial é um relato que fala a verdade do sujeito, mas essa verdade não é nem natural nem essencial; é contingente, contextual e produzida. [...]”. Desta forma, a presente pesquisa se perfaz enquanto método e ciência, mas também enquanto intervenção e crítica frente a realidade, em um olhar interessado e com significado frente ao objeto de pesquisa.

Desta forma, tendo em vista as minhas inquietações acadêmicas, pessoais e profissionais frente às demandas cotidianas do meu trabalho como gestor do Setor do Programa de Pós-Graduação em uma Escola de Governo em Santa Catarina, justifico a formulação do seguinte pergunta de pesquisa: quais são as concepções que os gestores que atuam na pós-graduação da Escola de Governo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) têm acerca do papel de sua pós-graduação no aperfeiçoamento, capacitação e formação de servidores públicos?

Por fim, em resumo, além desta introdução, o artigo se desenvolve, a saber: com uma seção com o desenvolvimento teórico, subdividido em três seções, outra com a análise dos achados da pesquisa e uma final com as considerações finais, concluindo o artigo. Assim, para alcançar os objetivos traçados na presente pesquisa, separou-se o artigo em partes que trazem à tona, de forma teórica e analítica, os seus aspectos conceituais balizadores, as análises acerca dos seus achados e, ao fim, encerra-se com as questões finais e novas proposições de pesquisa.

ASPECTOS CONCEITUAIS BALIZADORES DA PESQUISA

Nessa seção, há os principais referenciais teóricos relacionados a esta revisão de literatura. Assim, nas subseções posteriores, espera-se trazer a base teórica necessária para a melhor compreensão da discussão e dos resultados trazidos por esse artigo científico.

Educação Corporativa, Universidades Corporativas e Escolas de Governo: conceitos e importância

Alperstedt (2001) aborda o conceito e a importância das universidades corporativas no contexto empresarial ao dizer que as universidades corporativas são organizações educacionais internas, estrategicamente alinhadas às necessidades e objetivos de uma empresa, que oferecem programas de aprendizagem e desenvolvimento, com o intuito de aprimorar competências dos colaboradores, promover a inovação e impulsionar o desempenho organizacional.

Conceitualmente, uma universidade corporativa (UC) é um nome genérico dado a estruturas educacionais baseadas em organizações privadas e públicas, comerciais e não comerciais, para ajudar a

implantar, por meio da educação, estratégias da organização em termos humanos, econômicos, financeiros, tecnológicos, sociais e ambientais (Renaud-Coulons, 2008).

Branco (2006) destaca a importância das universidades corporativas (UCs) como estratégia de desenvolvimento humano e organizacional dentro das empresas, ressaltando que essas instituições têm como objetivo promover a educação e o treinamento dos colaboradores, buscando alinhar as competências dos profissionais com as necessidades da organização e contribuem para a capacitação dos colaboradores, o fortalecimento da cultura organizacional e a obtenção de vantagem competitiva.

Nesse sentido, Alperstedt (2001) destaca que as UCs surgem como resposta às demandas de um mercado globalizado e em constante evolução, onde o aprendizado contínuo se torna essencial para a competitividade das empresas. Acrescenta, ainda, que elas oferecem programas de capacitação e desenvolvimento que visam aprimorar as competências dos colaboradores em áreas específicas, bem como promover uma cultura de aprendizagem constante (Alperstedt, 2001).

Branco (2006), ao analisar o perfil das UCs no Brasil, identifica que essas instituições são predominantemente voltadas para o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais dos colaboradores, com foco nas áreas de gestão, liderança, vendas e atendimento ao cliente.

Alperstedt (2001) traz como benefícios das UCs o aumento da motivação e engajamento dos funcionários, a retenção de talentos, a melhoria da eficiência operacional e a agilidade na adaptação às mudanças do mercado. Além disso, ela ressalta que as universidades corporativas contribuem para o fortalecimento da imagem e reputação da empresa, tanto interna quanto externamente.

Já Branco (2006) complementa ao destacar a importância da integração das universidades corporativas (UCs) com as estratégias e objetivos das empresas e argumenta que é fundamental que essas instituições estejam alinhadas com a cultura organizacional, as necessidades do mercado e as demandas dos clientes, o que Alperstedt (2001) também coloca, ao enfatizar a importância das UCs como um investimento estratégico nas pessoas e no desenvolvimento organizacional, destacando que elas podem se tornar um diferencial competitivo para as empresas que as adotam.

Enquanto tendências, Branco (2006) ainda discute as principais observadas nas UCs brasileiras, como o uso de tecnologias educacionais, o desenvolvimento de programas de ensino a distância, a adoção de abordagens inovadoras de aprendizagem, como gamificação e realidade virtual, e a parceria com instituições de ensino superior.

Em âmbito estatal, pela Constituição Federal (1988), os servidores federais têm a possibilidade de aperfeiçoar seus conhecimentos para melhor desempenho da função pública. O dispositivo legal (Art. 39, § 2º) estabelece que:

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados [grifo nosso]. (Brasil, 1988).

Já o INEP (2015, p. 1) afirma que as Escolas de Governo são:

[...] instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo em vista a formulação, a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas (INEP, 2015, p. 1).

As Escolas de Governo (EGovs) são instituições governamentais direcionadas à formação e aprimoramento de servidores públicos. Elas desempenham um papel estratégico na formação e aprimoramento dos servidores públicos, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável e socialmente justo. Ademais, as “Escolas de governo têm papel significativo na vida do servidor público, valorizando-o e qualificando-o para a construção de uma nova imagem do serviço público [...]” (Aires et al., 2014, p. 1007).

Desta forma, as EGovs têm a responsabilidade contínua de promover a disseminação do conhecimento em gestão pública e o desenvolvimento das competências profissionais dos indivíduos que integram o Estado (Ferrarezi; Tomacheski, 2010). Hoffmann e Nunes (2024, p. 9) afirmam que “As Escolas de Governo surgem como uma oportunidade de formar e adaptar profissionais direcionados para suas necessidades específicas”. Assim, considerando que as escolas de governo desempenham o papel de impulsionadoras de uma administração ágil e voltada para o cidadão, bem como para finalidades e missões estrategicamente definidas para suas instituições, é crucial que elas se posicionem como as escolas corporativas de gestão governamental, estando aptas a se anteciparem na busca por novas tendências e melhores práticas, exercendo um papel relevante e influente na própria formulação das políticas voltadas para a melhoria da gestão e adaptando essas ferramentas ao contexto do setor público e possuir valores e indicadores de desempenho próprios (Pacheco, 2002).

As Escolas de Governo (EGovs) têm um papel fundamental na formação continuada de servidores públicos e na função de preparar os servidores públicos para enfrentar os desafios contemporâneos da administração pública. Nesse sentido, Andrade (2021) aborda de maneira perspicaz a importância intrínseca das instituições governamentais no aprimoramento do desempenho dos servidores públicos. O autor inicia sua exposição salientando a relevância do serviço público, bem como a premente necessidade de contar com uma equipe de servidores dotada de capacitação e competência para enfrentar os desafios inerentes a tal setor. Sob essa perspectiva, defende a preponderância das escolas de governo nesse processo, haja vista a oferta de programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional destinados aos servidores. Ademais, Andrade (2021) promove uma análise aprofundada do impacto do aprimoramento do desempenho dos servidores públicos e ressalta que as EGovs desempenham um papel crucial nesse sentido, ao colocar que essas instituições proveem cursos, treinamentos e atividades de formação com o intuito de desenvolver as competências técnicas e comportamentais dos servidores, visando a otimização da eficiência e qualidade dos serviços prestados.

Andrade (2021) reitera a importância de um alinhamento estratégico das EGovs com as demandas e particularidades do setor público. Ele argumenta que tais instituições devem ser capazes de identificar as necessidades de capacitação dos servidores e elaborar programas que atendam a tais demandas, levando em consideração as peculiaridades de cada área de atuação. Enfatiza ainda a importância das escolas de governo na promoção de uma cultura de aprendizagem contínua e inovação no serviço público destacando a relevância de incentivar a troca de conhecimentos e experiências entre os servidores, a fim de criar um ambiente propício ao desenvolvimento profissional e à busca incessante por melhorias. Por fim, ressalta sumariamente que as EGovs representam um componente essencial para o aperfeiçoamento do desempenho dos servidores públicos, contribuindo, assim, para a melhoria da eficiência e qualidade dos serviços prestados. Ele destaca a importância de investimentos nesses estabelecimentos e de uma gestão estratégica que valorize a capacitação e desenvolvimento dos servidores como um fator determinante para o sucesso do setor público (Andrade, 2021).

Em complemento, é relevante trazer o conceito de formação continuada e formação permanente nesta pesquisa brevemente. Nesta linha, Rossi e Hunger (2013) discutem a formação continuada de professores, destacando a importância desse processo para a evolução da profissionalização no ensino, afirmando que a formação de professores é uma área sensível às mudanças no setor educacional, sendo crucial para a construção da "sociedade do futuro" e de central importância nas políticas educacionais (Rossi; Hunger, 2013). De outra parte, Nóvoa (1999) enfatiza a importância da formação permanente como um processo que deve ser contínuo e integrado ao cotidiano profissional, permitindo aos professores refletirem sobre suas práticas e se adaptarem às novas exigências educacionais. Assim, no contexto deste artigo, o conceito de "formação", seja ela continuada ou permanente é abordado de maneira abrangente e não específica, destacando-se como um processo contínuo e integral que visa desenvolver competências, habilidades, valores e atitudes necessárias para o desempenho eficaz das funções públicas de todos os servidores públicos e não apenas dos professores atrelados ao trabalho da Escola de Governo. Desta forma, a formação (continuada e permanente) é vista nesta pesquisa como um elemento essencial para o aperfeiçoamento dos servidores públicos, preparando-os para enfrentar os desafios do serviço público de maneira holística.

Atualmente, como um panorama geral, existem diversas Escolas de Governo (EGovs) nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), abarcando academias militares, escolas de tribunais de contas, centros de formação e treinamento referentes aos ministérios públicos, institutos federais e universidades corporativas governamentais, dentre outras (Ferrarezi; Tomacheski, 2010). Há que se citar que as EGovs possuem diversos formatos e objetivos, podem ser credenciadas no Ministério da Educação (MEC) do Brasil ou no respectivo Conselho Estadual de Educação para a oferta de Pós-graduação lato sensu (Especialização) ou até na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a oferta de Mestrado Profissional ou não, tal qual qualquer Instituição de Ensino Superior (IES), abarcando uma grande diversidade organizacional ainda pendente de pesquisa exaustiva.

Por fim, Alperstedt (2001), Branco (2006), Renaud-Coulon (2008) e Andrade (2021), além da legislação pátria, fornecem informações iniciais sobre escolas de governo. Embora os textos de Alperstedt (2001), Branco (2006), Renaud-Coulon (2008) não sejam especificamente voltados para as escolas objeto desta pesquisa, eles tratam de temas relacionados, como universidades corporativas, desenvolvimento de servidores públicos e o papel das escolas de governo na capacitação e aprimoramento profissional.

A Gestão da Pós-graduação em Escolas de Governo

No âmbito desta pesquisa, não se difere o conceito de “gestão” de “administração” “da” e “na” educação, indo ao encontro do conceito de “função administrativa” contemplado pela ciência da Administração e traduzido na educação também por Gracindo e Kenski (2001, p. 113), como segue:

Os termos gestão e administração [da educação] são utilizados na literatura educacional ora como sinônimos, ora como termos distintos. Algumas vezes, gestão é apresentada como um processo dentro da ação administrativa; em outras, seu uso denota a intenção de politizar essa prática. Apresenta-se também como sinônimo de gerência, numa conotação neotecnicista, e, em discursos mais politizados, gestão aparece como a nova alternativa para o processo político-administrativo da educação (Gracindo; Kenski, 2001, p. 113).

Esse movimento não descaracteriza o que autores como Lück (2007) defendem, ao se opor a igualdade diferenciando politicamente “gestão” de “administração”, mas apenas traz à tona a visão dialógica desta pesquisa perante os campos da Administração e da Educação, mantendo o devido equilíbrio epistêmico. Desta forma, tanto a ação quanto o seu objeto e o amplo e o específico se fundem aqui para fins de maior clareza, optando-se pela simplificação necessária para este escopo de pesquisa e reiterando o foco na gestão ou administração da pós-graduação [ou seus Programas] em Escolas de Governo (EGovs).

Em avanço, os programas de pós-graduação (PPGs) em EGovs, como os oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), incluem cursos de especialização, MBA, mestrado e doutorado, sendo que esses cursos são projetados para atender às necessidades de formação contínua dos servidores públicos, capacitando-os para enfrentar os desafios da administração pública moderna (ENAP, 2024).

Os PPGs em EGovs têm como principais objetivos habilitar os servidores públicos para liderar e administrar de maneira eficiente, promovendo uma gestão pública mais eficaz e transparente. Além disso, esses programas estimulam a implementação de práticas inovadoras e estratégicas na administração das políticas públicas. Outro objetivo importante é oferecer uma formação contínua e de alta qualidade, alinhada às melhores práticas do mercado e às demandas do setor público (ENAP, 2024).

As Escolas de Governo (EGovs) desempenham um papel fundamental na formação de gestores públicos capacitados para enfrentar os desafios da administração pública contemporânea. A gestão eficaz desses programas é crucial para garantir que eles cumpram seus objetivos de desenvolver competências, promover a inovação e aprimorar a qualidade da gestão pública, sendo uma peça-chave para a constituição das capacidades estatais (Schabbach, 2024). Nessa linha, a pós-graduação nas EGovs, em nível de especialização e mestrado profissional, também são promovidas por essas instituições no país (Schabbach, 2024).

Em instituições universitárias tradicionais, a gestão da pós-graduação é de relevante importância institucional, contribuindo para o progresso qualitativo dos programas de pós-graduação em Administração, sendo que “o monitoramento do desempenho de instituições de ensino superior (IES) [...] tornou-se um mecanismo importante para o desenvolvimento e o aprimoramento dos sistemas educacionais dos países” (Maccari et al., 2014, p. 370). Desta forma, como as EGovs também podem atuar na oferta de especializações e mestrados profissionais, há que se considerar como necessário compreender a gestão e a avaliação dessas ações acadêmicas, o que ainda foi pouco estudado até aqui.

Nesse sentido, as EGovs assumem a responsabilidade de formar gestores com uma visão ampla dos desafios e das oportunidades de transformação do setor público, favorecendo uma gestão que valorize a eficiência, a equidade e a responsabilidade social. Assim, a gestão eficaz desses programas de pós-graduação é fundamental para assegurar a qualidade da formação oferecida e para garantir a pertinência dos conteúdos frente à realidade do setor público brasileiro e internacional (ENAP, 2024).

Destarte, compreender as questões atinentes da Pós-graduação aplicadas a Escolas de Governo e, em especial, a gestão educacional e acadêmica no contexto das Escolas de Governo (EGovs) permite trazer a discussão atual desse contexto para essas instituições governamentais e suas mantenedoras, possibilitando os ganhos e debates previstos na próxima seção de análises e discussão dos achados de pesquisa.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para se alcançar os objetivos traçados na pesquisa, é necessário haver uma metodologia para a busca do conhecimento de modo científico. Assim, está nessa seção explicitado o detalhamento metodológico da pesquisa realizada a fim de se conseguir esse intento.

Quanto aos seus objetivos, o presente trabalho é classificado como exploratório. Por sua vez, o tipo de pesquisa escolhida, em relação à abordagem do problema, foi a pesquisa qualitativa. Nesse sentido, Minayo (2001, p. 21) explica que a pesquisa qualitativa lida com um conjunto de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, abrangendo um nível mais profundo das relações, processos e fenômenos, que não podem ser simplesmente reduzidos a variáveis operacionais. Quanto ao tipo de pesquisa qualitativa, ele objetiva diminuir a distância entre a realidade e a teoria, traduzindo e expressando os fenômenos que ocorrem no mundo social (Neves, 1996). Sendo assim, a grande maioria dos estudos qualitativos são feitos *in loco*, não impedindo a aplicação da lógica do empirismo científico e “partem da suposição de que seja mais apropriado empregar a perspectiva da análise fenomenológica, quando se trata de fenômenos singulares e dotados de certo grau de ambiguidade” (Neves, 1996).

Em relação à estratégia de pesquisa, o tipo escolhido foi o estudo de caso, permitindo uma visão da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Segundo Gil (2001, p. 21), este tipo de pesquisa “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”. No entender de Godoy (1996, p. 3), o estudo de caso “visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular”. Por suas características, ele é largamente utilizado em estudos de administração, mostrando-se adequado para aqueles “que procuram saber como e por que certos fenômenos acontecem ou dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida ou quando fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico” (Godoy, 1996, p. 3).

Para a consecução deste trabalho, foi aplicado um questionário qualitativo enviado de forma eletrônica à Colaboradora da Pesquisa A, gestora na Escola de Governo da instituição pesquisada. Esse questionário está transcrito no Apêndice A deste trabalho e foi formado por 48 questões, abarcando os eixos “Perfil do Gestor”, “Perfil da Escola de Governo e a Pós-Graduação”, “Conceitos Gerais Pertinentes” e “Documentos Institucionais Pertinentes”. O questionário investigou diversos aspectos da escola de governo da ALESC, como sua estrutura, orçamento, pessoal, atividades de formação, e percepção da importância da pós-graduação para servidores públicos e busca entender a visão da entrevistada sobre os conceitos de ensino superior, ecossistema de educação superior, administração universitária, gestão acadêmica, e a aplicação desses conceitos na pós-graduação e em escolas de governo.

Em complemento a essa coleta de dados, outra forma utilizada foi a pesquisa documental. Segundo Neves (1996, p. 3), esse tipo de pesquisa “é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar”. Ela oferece uma base interessante para outros tipos de análises, possibilitando uma liberdade criativa ao pesquisador que poderá investigar por diferentes enfoques (Neves, 1996). Assim, para a obtenção de informações documentais, se buscou pontualmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) vigente em 2024, selecionado através de critérios de importância e aderência.

Como abordagem técnica complementar, mas sem pretender realizar uma revisão sistemática de literatura clássica, essa pesquisa foi realizada através da busca de referências teóricas para este trabalho. Essa seleção de textos e conceitos foi feita a partir de palavras-chaves atreladas ao objeto desta pesquisa, tais como “escola de governo”, “programa de pós-graduação”, “universidade corporativa” e “capacitação de servidores”, em ferramentas de busca e da seleção de literatura específica dos temas pelo pesquisador, bem como a consulta direta a bibliografias de referência (ver bibliografias ao final), documentos organizacionais e legislações pertinentes.

Para analisar os dados coletados, nas questões abertas será utilizado a técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), organizando em categorias os temas que aparecem como mais relevantes, analisando as respostas a partir de critérios semânticos, agrupando os temas de acordo com seus significados e nuances. A análise de conteúdo, conforme elaborada por Bardin (2016), é uma técnica metódica e amplamente utilizada nas ciências sociais e humanas para explorar e interpretar informações qualitativas provenientes de textos, entrevistas, discursos e outros tipos de comunicação. Bardin propõe um método estruturado dividido em três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Essa abordagem tem como objetivo garantir que o pesquisador alcance uma interpretação profunda e objetiva dos significados presentes nos dados, identificando padrões e temas que emergem do material estudado (Bardin, 2016). Segundo Minayo (2012), a análise de conteúdo é fundamental para que o pesquisador consiga organizar o material de forma a compreender o universo simbólico das representações sociais presentes no corpus.

Na fase de pré-análise, o pesquisador realiza uma leitura inicial do material e organiza o corpus, que é o conjunto de documentos a ser analisado. Nesse estágio, define-se um plano para guiar a pesquisa, formulando hipóteses e estabelecendo categorias que podem ser dedutivas (com base em teorias pré-existentes) ou indutivas (emergindo do próprio material). Como destaca Bardin (2016), essa etapa é essencial para que o pesquisador compreenda as limitações e possibilidades do corpus, garantindo que a análise subsequente seja sistemática e objetiva. Segundo Campos (2004), a preparação cuidadosa do material permite uma estruturação mais precisa e detalhada dos dados, essencial para a validação das interpretações.

Na exploração do material, Bardin sugere que o conteúdo seja fragmentado em unidades menores, como palavras, frases ou temas, para categorizar e codificar os elementos relevantes. Essa fase é crucial, pois possibilita ao pesquisador identificar e quantificar padrões, nuances e significados presentes no texto, formando categorias que estruturam a análise. Para Flick (2009), esse processo de codificação e categorização é o que diferencia a análise de conteúdo de outras metodologias, pois ela transforma informações dispersas em um conjunto organizado de dados, que possibilita a compreensão das complexidades do discurso ou da comunicação analisada.

Finalmente, na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, Bardin (2016) enfatiza a importância de tratar os dados de maneira crítica e reflexiva, organizando-os em quadros interpretativos que permitam ao pesquisador alcançar conclusões fundamentadas. Essa sistematização possibilita identificar padrões e temas principais, promovendo uma leitura ampla e profunda do fenômeno estudado. De acordo com Franco (2008), a análise de conteúdo não apenas revela os significados explícitos presentes no texto, mas também permite ao pesquisador inferir sobre sentidos implícitos e contextuais, contribuindo para uma interpretação rica e detalhada dos dados.

Por fim, a instituição a ser pesquisada é a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), uma das nove escolas de governo credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação em Santa Catarina (CEE-SC), a saber: Academia de Polícia Civil de Santa Catarina (ACADEPOL), Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina (AJ/TJSC), Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Escola de Governo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - EGOV/CBMSC, Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC), Escola de Saúde Pública Municipal de Florianópolis (ESP-FLORIPA), Fundação Escola de Governo ENA e Instituto de Contas (ICON) do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCESC). Entretanto, para fins dessa pesquisa, apenas a Escola de Governo da ALESC será pesquisada por conveniência e qualidade e agilidade na resposta, estando excluído do público-alvo analisado todas as demais escolas, dada a necessidade de um maior tempo e convencimento dos gestores para se obter as respostas solicitadas nesta pesquisa, extrapolando o tempo máximo previsto para conclusão deste trabalho. Por fim, como colaborador da pesquisa está o Conselho Estadual de Educação em Santa Catarina (CEE-SC) que contribuiu com documentos, contatos e apoio institucional para a perfectibilização dessa pesquisa.

Assim, para melhor estudar as escolas de governo e seus programas de pós-graduação, deve-se aprofundar as questões de gestão, educacionais, legais e acadêmicas em todas as dimensões cabíveis. A partir da conceituação feita por esta seção, a próxima seção contextualiza e traz à tona o debate acerca dos conceitos atinentes a esse campo do saber.

ANÁLISES ACERCA DOS ACHADOS DE PESQUISA

Nesta seção, há os principais resultados e discussões relacionados a esta pesquisa científica, permitindo o debate inicial sobre os objetos desse trabalho. A partir da análise das respostas do questionário, utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016), se identificou as concepções do gestor da Escola de Governo (EGov) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) sobre o papel da pós-graduação no aperfeiçoamento e capacitação de servidores públicos. Para isso, seguiu-se as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Pré-Análise

Nesta fase, realizou-se a leitura flutuante do material, buscando impressões gerais sobre as respostas. Observou-se que a gestora entrevistada demonstra conhecimento sobre a estrutura e funcionamento da Escola, além de expressar sua visão sobre o papel da pós-graduação.

Definiu-se como corpus de análise as respostas da gestora Colaboradora da Pesquisa A, Analista Legislativo e Gestora do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira - ALESC.

A partir da questão de pesquisa "quais são as concepções que os gestores que atuam na pós-graduação da Escola de Governo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) têm

acerca do papel de sua pós-graduação no aperfeiçoamento e capacitação de servidores públicos?", formulou-se as seguintes hipóteses para reflexão:

- Hipótese 1: Os gestores envolvidos com a Pós-graduação na Escola de Governo da ALESC acreditam que a pós-graduação é essencial para o aperfeiçoamento e capacitação dos servidores públicos.
- Hipótese 2: Os gestores envolvidos com a Pós-graduação na Escola de Governo da ALESC compreendem os conceitos atinentes a Administração deste tipo de instituição.

Exploração do Material

Para a análise, a partir da leitura flutuante dos dados coletados, se definiu como unidades de análise as seguintes categorias:

- Estrutura e Funcionamento da Pós-Graduação: respostas que descrevem a estrutura da pós-graduação na Escola de Governo da ALESC, incluindo sua organização, oferta de cursos e modalidades de ensino.
- Papel da Pós-Graduação no Aperfeiçoamento dos Servidores Públicos: respostas que abordam a importância da pós-graduação para a qualificação dos servidores, sua relevância para o desempenho de suas funções e os benefícios para a administração pública.
- Concepções sobre a Gestão Prática da Pós-Graduação: respostas que revelam as percepções dos gestores sobre os desafios, as dificuldades e as perspectivas da gestão da pós-graduação na Escola de Governo da ALESC.
- Concepções sobre a Teoria da Gestão da Pós-Graduação e de Escolas de Governo: respostas que revelam as percepções dos gestores sobre a teoria e ciência da Educação e da Administração sobre a gestão da pós-graduação na Escola de Governo da ALESC.

Após a definição das unidades de análise, procedeu-se a categorização do material, criando categorias temáticas a partir dos elementos mais frequentes e relevantes nas respostas da gestora, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1: Categorias Temáticas e Respostas a partir da Análise de Conteúdo

Categorias	Respostas
Importância da Pós-graduação	"[...] podemos perceber que os servidores de outras entidades como Câmaras de Vereadores, Escolas da educação fundamental, Escolas de Ensino Médio e Universidades valorizam mais as atividades de formação que os próprios servidores do Poder Legislativo Estadual"; "Não é relevante e nem irrelevante [neutra] a formação em nível de pós-graduação das escolas de governo na formação de servidores públicos".
Gestão da Escola de Governo	"A Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira faz parte da estrutura da ALESC constando como uma Diretoria no organograma da Casa. Possui orçamento, pode contratar professores, palestrantes e instrutores, dentro dos parâmetros estabelecidos por normas do Parlamento. Entretanto, nas situações de convênio ou contrato com demais instituições, a Escola atua como interveniente da ALESC"; "Faz algum tempo, mais de quatro anos, realizamos um mapeamento que evidenciou um elevado índice de servidores capacitados com a titulação de especialistas"; "Antes somente os servidores efetivos poderiam fazer esses cursos [de pós-graduação], agora com novo ato de mesa permitindo os comissionados e a disposição essa realidade pode estar diferente"; "Entendo que a linguagem empresarial não se aplica a entidades públicas. Os objetivos finais de empresas e de instituições públicas são completamente diferentes. Há o ramo, já

	estabelecido, da Administração Pública, aí estão os conceitos dos quais poderemos partir sem confusão de princípios e fundamentos”; “Escola de Legislativo: ações informativas formativas, técnicas e políticas, do parlamento para capacitar e qualificar a atuação dos agentes envolvidos no processo de representação e participação democrática e também, os demais interessados na educação cidadã”.
Gestão da Pós-graduação	“[O conceito de Gestão Acadêmica é] Garantir por meio das atividades de gestão à comunidade acadêmica (docentes, funcionários técnico-administrativos e discentes) um aparato capaz de oferecer dados e subsídios que façam os processos serem implantados de forma simples, ágil e integrada”; “Administração Universitária é a tomada de decisão sobre recursos disponíveis, pessoas, a gestão e o gerenciamento para atingir o objetivo da oferta da formação em nível de ensino superior”. “[Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão na Educação Superior aplicados na Pós-Graduação e em Escola de Governo são] Atividades correlatas que envolvem a comunidade acadêmica, docentes, funcionários técnico-administrativos e discentes, e no caso da extensão a comunidade externa”.
Perspectivas da Pós-graduação	"[...] a Escola de Governo pretende ampliar a oferta de cursos de pós-graduação nos próximos anos"; “[...] novas turmas atenderiam aos servidores comissionados e a disposição. Outro público seria através de uma parceria com as Câmaras de Vereadores”.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Para visualizar a frequência das categorias, foi criada a Tabela 1, ilustrando as ocorrências de cada categoria.

Tabela 1: Ocorrências por Categoria de Análise

Categorias	Frequência
Importância da Pós-graduação	2
Gestão de Escolas de Governo	5
Gestão da Pós-graduação	3
Perspectivas da Pós-graduação	2

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Assim, ficam claros os dados brutos obtidos, permitindo uma análise mais aprofundada e interpretativa, conforme disposto na sessão a seguir.

Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação

A partir da análise das categorias e da tabela de frequência, pode-se inferir que a gestora da Escola de Governo da ALESC reconhece a importância da pós-graduação para o aperfeiçoamento dos servidores públicos em um perfil mais amplo e incluindo também o público externo à instituição. No entanto, a partir dela também aponta para as dificuldades enfrentadas na gestão da pós-graduação, como a falta de recursos e a baixa demanda.

Com base na análise de conteúdo, elaborou-se o seguinte quadro síntese das concepções da Colaboradora da Pesquisa A:

Quadro 2: Concepções da Gestora da Pós-graduação da ALESC

Concepção	Evidências
A pós-graduação é um importante instrumento para a qualificação dos servidores públicos, especialmente àqueles públicos que não tem a especialização (pós-graduação <i>lato sensu</i>) enquanto formação e externos à instituição.	A gestora afirma que a pós-graduação contribui de forma neutra (nem relevante, nem irrelevante) para o aprimoramento da gestão pública, mas ressalta que as formações da Escola são valorizadas pelo público externo a ALESC.
Os conceitos de Escola de Governo, Ensino, Pesquisa e Extensão, Administração Universitária e Gestão Acadêmica são compreendidos de forma adaptada à	A gestora menciona sua concepção desses conceitos de forma adaptada a sua própria realidade, sem necessariamente haver um lastro teórico profundo e efetivo.

realidade da ALESC e pela ótica de uma “Escola do Legislativo”.	
A Escola de Governo da ALESC busca ampliar a oferta da pós-graduação.	A gestora expressa a intenção de ampliar a oferta de cursos nos próximos anos para servidores comissionados e outros públicos.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ademais, o questionário fornece informações limitadas sobre as concepções de teoria da gestão de pós-graduação e de escolas de governo. No entanto, pode-se extrair alguns *insights* relevantes:

- **Diferenciação entre Gestão Pública e Privada:** a Colaboradora da Pesquisa A da Escola do Legislativo da ALESC, destaca que os objetivos de empresas e instituições públicas são distintos, o que implica a necessidade de uma gestão específica para a pós-graduação em escolas de governo. Essa percepção sugere a importância de considerar as particularidades da administração pública na gestão de programas de pós-graduação.
- **Importância da Gestão Acadêmica:** A resposta da Colaboradora sobre o conceito de Gestão Acadêmica enfatiza a importância de oferecer dados e subsídios para a comunidade acadêmica (docentes, técnicos-administrativos e discentes) a fim de que os processos sejam implantados de forma eficaz. Isso demonstra a relevância da gestão acadêmica para o sucesso da pós-graduação em escolas de governo.
- **Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão na Pós-Graduação em Escolas de Governo:** a entrevistada aponta que ensino, pesquisa, extensão e gestão são atividades correlatas que envolvem a comunidade acadêmica e, no caso da extensão, a comunidade externa. Essa visão ressalta a importância e a necessidade de integrar essas atividades na pós-graduação em escolas de governo.

A análise de conteúdo das respostas da pesquisa aponta para a valorização da pós-graduação como ferramenta de aperfeiçoamento dos servidores públicos efetivamente interessados por parte da gestora da Escola de Governo da ALESC. Apesar de compreender a gestão da pós-graduação de forma mais prática, a gestora demonstra a intenção de ampliar a oferta de cursos, buscando atender às necessidades da administração pública estadual.

É importante destacar que a análise se baseia nas respostas de uma gestora da Escola de Governo da ALESC, a única responsável direta pelo Programa de Pós-graduação da instituição e uma das quatro pessoas desta unidade administrativa responsável. Percebeu-se que há uma simbiose da ciência da Administração com a Educação ao se realizar a análise das respostas da Colaboradora da Pesquisa A. Para aprofundar a compreensão das concepções sobre o papel da pós-graduação sob outras perspectivas, seria necessário ampliar a pesquisa, entrevistando outros gestores e servidores da instituição.

Enquanto observação, é possível dizer que as respostas não abordam diretamente teorias de gestão da Teoria Geral da Administração (TGA), como a Teoria da Contingência ou a Abordagem Sistêmica. Assim, há essa lacuna que poderá ser aprofundada a partir da análise das concepções sobre a teoria da Administração na pós-graduação em escolas de governo.

A fonte de dados coletada se concentrou na estrutura e funcionamento da Escola do Legislativo da ALESC, não mencionando explicitamente a existência de modelos de gestão específicos para escolas de governo. No entanto, a análise da fala da Colaboradora da Pesquisa A destaca a possibilidade de levantar a hipótese da necessidade de se haver a busca por modelos de gestão específicos para escolas de governo, aderentes ao Setor Público. Essa possibilidade se justifica, prospectiva e interpretativamente, pelas seguintes razões iniciais:

- **Ênfase no Interesse Público:** A gestão de escolas de governo deve estar alinhada com o interesse público, o que implica em considerar o impacto das ações na sociedade como um todo.
- **Accountability e Transparência:** A administração pública exige altos níveis de *accountability* e transparência, o que se reflete na necessidade de modelos de gestão que promovam a prestação de contas e o acesso à informação.
- **Ética e Imparcialidade:** A ética e a imparcialidade são valores fundamentais na administração pública e devem estar presentes nos modelos de gestão adotados pelas escolas de governo.
- **Processos e Regulamentações Específicas:** O setor público possui processos e regulamentações específicas que precisam ser considerados na gestão de escolas de governo, como as normas de licitação e contratação e do Direito Administrativo.

Adicionalmente, é preciso gizar que não deve haver a transposição direta dos conceitos do Setor Privado para o Setor Público, especialmente para o campo da Educação e, neste caso, das Escolas de Governo. Assim, para este ponto cabe uma proposição de pesquisa que defina bases para um regramento legal que oriente e alinhe o gestor educacional a evitar que tais ações possam ocorrer de forma irrefletida e irresponsavelmente.

Desta forma, a importância de termos legislações nacionais que abordem de maneira comprometida os aspectos educacionais do nosso país nas instâncias públicas de educação corporativa governamental é fundamental para a administração pública e a educação. Elaborar estratégias para esse campo e contexto é uma tarefa delicada, pois envolve a consideração de múltiplos fatores e interesses que impactam diretamente a qualidade e a eficácia das políticas educacionais.

A partir dessas particularidades, pode-se inferir que um modelo de gestão ideal para escolas de governo é importante e necessário, devendo contemplar aspectos que venham a estar alinhados com as razões arroladas e a legislação vigente, podendo ser mais outra linha de pesquisa futura. Ademais, é importante ressaltar que a inexistência de menção direta a modelos específicos nas fontes fornecidas não significa que eles não existam, devendo esta busca ser objeto de novo estudo.

Dado o exposto, em resumo, ao responder a hipótese 1 é possível afirmar que a gestão da Pós-graduação na Escola de Governo da ALESC acredita que a pós-graduação é essencial para o aperfeiçoamento e capacitação dos servidores públicos, especialmente dos que a necessitam enquanto formação específica e, ao responder a hipótese 2 é viável colocar que a gestão envolvida com a Pós-graduação na Escola de Governo da ALESC compreende os conceitos atinentes a Administração deste tipo de instituição de forma prática, não se vinculando aos conceitos teóricos de forma direta.

Assim, se analisou os principais resultados e discussões relacionados a esta pesquisa científica, permitindo o debate inicial sobre os objetos desse trabalho e abrindo caminho para a conclusão final na próxima seção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reunião dos conceitos e vivências aqui exarados para tratar da gestão na educação em escolas de governo trouxe alguns pontos para debate e reflexão, dentro do âmbito teórico e de reflexão para aplicação prática.

Nesse diapasão, justamente pelo que foi aqui colocado, é que se deve buscar, continuamente, a problematização do assunto da gestão em Escolas de Governo (EGovs), atuando de forma positiva para induzir o debate qualificado na academia e entre as EGovs e suas mantenedoras, visando a sua qualificação e compreensão de toda a dinâmica da ciência da administração e gestão educacional envolvida sobre essa temática, contribuindo de forma definitiva para a inovação, melhores práticas e resultados em geral.

É importante dizer que a gestão adequada oferece um vasto potencial para transformar as escolas de governo, tornando-as mais eficientes, adaptáveis e centradas no aluno. No entanto, para aproveitar plenamente essas vantagens, é necessário enfrentar os desafios técnicos, financeiros e éticos associados à concretização dessa questão. Com uma abordagem cuidadosa e responsável, as escolas de governo podem utilizar a Administração para melhorar significativamente a qualidade da educação e do treinamento oferecidos aos servidores públicos, contribuindo para a formação de profissionais mais capacitados e preparados para enfrentar os desafios do setor público.

Assim, enquanto conclusão adicional, é possível afirmar que a pós-graduação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) é reconhecida como essencial para o desenvolvimento do serviço público e a gestão da pós-graduação da ALESC compreende os conceitos práticos da gestão de Escolas de Governo, faltando densidade teórica-científica. Finalmente, no campo educacional, há a percepção inicial de que as Escolas de Governo não têm uma ênfase de análise científica, não havendo pesquisas sob o ponto de vista da Gestão Educacional, fato que já se estabelece como um indicativo de pesquisa futura.

É importante adicionar que há um “lugar de fala” explícito neste trabalho, conforme trazido na Introdução deste artigo, permitindo um olhar experienciado e único sobre o campo pesquisado,

viabilizando compreensões e relações epistêmicas advindas da realidade e do campo prático, o que, espera-se, qualifica esta pesquisa. Portanto, esse “lugar de enunciação”¹, no contexto de pesquisa, permitiu olhar cientificamente para o *locus* de trabalho e campo de saber, se misturando com o objetivo de transformação prática a ser levado para o ambiente corporativo público.

Este artigo tem limitações, dentre as quais a de ele ser uma pesquisa baseada em um campo específico, sem a exploração de diversas outras variáveis e possibilidades, bem como trabalhos longitudinais e de outras ordens e com o estudo de um único ator em estudo de caso (ALESC), tornando mais complexa a generalização das conclusões alcançadas. De qualquer forma, o intuito do que foi aqui trazido é de vertente casuística, exploratória e única, caracterizada pelos debates, excertos e informações trazidas e, por conta disso, especial e singular. Ademais, há que se ressaltar que o local pesquisado é de inserção do pesquisador e espaço de atuação da gestora responsável (Colaboradora da Pesquisa A) sobre o tema deste trabalho, visibilizando de forma positiva para futuras pesquisas esta realidade.

Fica aqui também registrado que há muito o que se estudar neste campo, não tendo sido possível avançar ainda mais neste momento. Entretanto, novas contribuições de pesquisa, especialmente no que se refere a compreender as aplicações da Gestão Educacional na Gestão Universitária em maior detalhe e um estudo de caso múltiplo em mais de uma Escola de Governo deve ser feito, avançando nesse campo de pesquisa.

Espera-se, portanto, ter avançado no trabalho no campo da Educação, Escolas de Governo, Gestão e Administração Universitária, trazendo uma visão particular desta realidade debatida e “fechando o laço” teórico desta área do conhecimento, colhendo elementos iniciais importantes para serem disponibilizados aos gestores e trabalhadores da área da educação corporativa de governo.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Renan Felinto de Farias *et al.* Escolas de governo: o panorama brasileiro. *Revista de Administração Pública*, [s. l.], v. 48, p. 1007–1027, 2014.
- AIRES, Renan Felinto de Farias; SALGADO, Camila Cristina Rodrigues; AYRES, Kátia Virgínia. ARAÚJO, Afrânio Galdino de. Escolas de governo: o panorama brasileiro. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, jul.-ago. 2014.
- ALPERSTEDT, Cristiane. Universidades Corporativas: Discussão e Proposta Universidades Corporativas: Discussão e Proposta de uma Definição. *RAC*, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 149–165, 2001.
- ANDRADE, Adriano Mello de. Escolas de Governo e seu Papel no Aperfeiçoamento do Desempenho dos Servidores Públicos. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, [s. l.], v. 2, n. 5, p. e25350, 2021.
- ALVES, Míriam Cristiane. *Desde dentro: processos de produção de saúde em uma comunidade tradicional de terreiro de matriz africana*. Porto Alegre: PUC-RS, 2012. 306 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 5. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Aidil J. S., LEHFELD, Neide A. S. *Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica*. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BRANCO, Alessandra Rosa. O Perfil das Universidades Corporativas no Brasil. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 99–120, 2006.
- BRASIL. *Constituição Federal*. 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 6 out. 2024.

¹ Conforme compreensão de Fontana (1999).

- BRASIL. *Resolução CNE/CES 1/2007*. 8 jun. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES. *Nota técnica DAES/INEP nº 28/2015*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/escolas_de_governo/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_028_esclarecimentos_escolas_de_governo.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.
- CAMPOS, Cláudia Maria Costa. *A análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos*. Brasília: Embrapa, 2004.
- DIAS, Emerson de Paulo. Conceitos de Gestão e Administração: Uma Revisão Crítica. *REA - Revista Eletrônica de Administração - Facef*. v. 1, n. 1, Jul./Dez. 2002.
- ENAP, Escola Nacional de Administração Pública. *Enap - Escola Nacional de Administração Pública - Pós-Graduação*. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/cursos/pos-graduacao>. Acesso em: 25 out. 2024.
- FERRAREZI, Elisabete; TOMACHESKI, João Alberto. Mapeamento da oferta de capacitação nas escolas de governo no Brasil: gestão da informação para fortalecimento da gestão pública. *Revista do Serviço Público - RSP*, [s. l.], v. 61, n. 3, p. 287–303, 2010.
- FLICK, Uwe. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, Marília; FONSECA, Dirce Mendes da. A gestão acadêmica da pós-graduação lato sensu: o papel do coordenador para a qualidade dos cursos. *Educação e Pesquisa*, [s. l.], v. 42, p. 151–164, 2016.
- FONTANA, Monica Graciela Zoppi. Lugares de enunciação e discurso. *Revista Leitura - Análise do Discurso*, [s. l.], v. 23, p. 15–24, 1999.
- FONTANA, Mónica Graciela Zoppi. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *Conexão Letras*. Volume 12, n. 18, p. 63-71. 2017.
- FRANCO, Maria Lúcia de Arruda Aranha. *Análise de Conteúdo*. Brasília: Plano, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRACINDO, R. V.; KENSKI, V. M. Gestão de Sistemas Educacionais: a produção de pesquisas no Brasil. WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (orgs.). *O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil – 1991 a 1997*. Brasília: ANPAE, Campinas: Autores Associados, 2001
- HOFFMANN, Carlos Alberto Kalinovski; NUNES, Rogério da Silva. Escolas de Governo: desafios e oportunidades no ambiente de transformação digital no serviço público. *In: XXIII Colóquio Internacional de Gestión Universitária*, 23., 2024, Montevideo, Uruguai. *Anais eletrônicos [...]* Florianópolis: UFSC, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/260928/2024029.pdf>. Acesso em 10 nov. 2024.
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Nota Técnica 028 / 2015*. [S. l.], 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/escolas_de_governo/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_028_esclarecimentos_escolas_de_governo.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.
- LÜCK, H. *Gestão Educacional: uma questão paradigmática*. Série Cadernos de Gestão, v. I. 3ª Ed. São Paulo: Vozes, 2007.
- MACCARI, Emerson Antonio; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; RICCIO, Edson Luiz; ALEJANDRO, Thomas Brashear. Proposta de um modelo de gestão de programas de pós-graduação na área de Administração a partir dos sistemas de avaliação do Brasil (CAPES) e dos Estados Unidos (AACSB). *R.Adm.*, São Paulo, v.49, n.2, p.369-383, abr./maio/jun. 2014.

MELLO DE ANDRADE, Adriano. Escolas de Governo e seu papel no aperfeiçoamento do desempenho dos servidores públicos. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar* - ISSN 2675-6218, Volume 2, n. 5, e25350. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 19 ed. Petrópolis: RJ. Vozes, 2001.

NETO, Francisco Edmar Pereira; LOPES, Jayane Mara Rosendo; NUNES, João Batista Carvalho; FERREIRA FILHO, Luciano Nery. A expansão da pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. *Educação e Pesquisa*, [s. l.], v. 49, p. e263111, 2023.

NEVES, José L. *Pesquisa Qualitativa: Características, Usos e Possibilidades*. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2º sem. – 1996.

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

PACHECO, Regina Silvia. Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP — Brasil. *Revista do Serviço Público*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 75–88, 2002.

RENAUD-COULON, Annick. *Corporate Universities A Lever of Corporate Responsibility*. Paris: GlobalCCU, 2008.

ROSSI, Fernanda; HUNGER, Dagmar Aparecida Cynthia França. As ações de formação continuada: contextos e perspectivas docentes. *In: A formação continuada sob análise do professor escolar*. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 53-100.

SCHABBACH, Leticia Maria; RAMOS, Marília Patta. *Revista do Serviço Público (RSP)*, Brasília, v. 75, n. 3, 557–579, jul/set 2024.

SOARES, Silvia Adriana da Silva. *Perfil e competências de secretárias/os de programas de pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil*. 2019. - Universidade La Salle, [s. l.], 2019. Disponível em: <http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/1416>. Acesso em: 30 nov. 2024.

TREBISACCE, Catalina. Una historia crítica del concepto de experiencia de la epistemología feminista. Cinta de Moebio. *Social Science Epistemology Journal*. Santiago de Chile, v. 57, dez. 2016, p. 285-295.

Submetido: XX/XX/XXXX

Aprovado: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis em sua totalidade e sem restrições ou assim estarão no momento da publicação?

Não:

dados estão disponíveis sob demanda dos pareceristas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA / CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Concepção, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto

Autor 2 – Supervisão e revisão da escrita final.

Autor 3 – Revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.